

# Garimpeiros sairão da reserva dos Yanomani

Brasília — O governo brasileiro, numa reunião de 3h30min. entre os ministros do Gabinete Militar, general Rubem Rayma Denys, da Justiça, Oscar Dias Corrêa, do Interior, João Alves, e o secretário geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, começou a elaborar um plano para a retirada dos garimpeiros que invadiram a reserva dos Yanomami, na Amazônia. Segundo o Ministro da Justiça, a estratégia só começou a ser definida ontem e o governo não acha conveniente antecipar detalhes da operação.

Oscar Corrêa criticou os organismos internacionais que fazem relatórios freqüentes denunciando a devastação da Amazônia e a dizimação de nações indígenas. "Essas entidades que estão nos jornais são as mesmas que dizimaram índios, que dizimaram outras etnias, que arrasaram o Terceiro Mundo e agora se dizem defensores da humanidade. O pior é que querem defender a humanidade logo na nossa Amazônia". Disse Oscar Corrêa, acrescentando que o governo brasileiro não admite "em hipótese alguma nenhuma conversa que inclua cessão de território nacional".

O ministro da Justiça disse que a idéia de transformar a Amazônia em patrimônio mundial faz parte da "cobija internacional sobre a Amazônia que durante toda a vida se apresentou das formas mais variadas". Oscar Corrêa declarou que os organismos internacionais que reivindicam essa tese estão querendo transformar a devastação da Amazônia como a responsável pelos problemas ecológicos, "quando todos sabem que o que está acabando com o mundo é a ação de povos pós-industriais que estão acabando com a camada de ozônio na temperatura".

"O governo brasileiro não está sendo pressionado. Nesta matéria não adianta pressão de nenhuma natureza. O governo brasileiro — eu digo como ministro da Justiça é autorizado pelo Presidente da República — não admite conversa neste tom. Isso é matéria vencida, não insistam, porque a repercussão será desfavorável", afirmou Oscar Corrêa, a respeito das pressões internacionais sobre a preservação da Amazônia.

— Encontra-se em posse do ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, relatório de seis páginas mostrando a situação de depredação do meio ambiente na reserva indígena dos Yanomami realizada pela invasão de cerca de 45 mil garimpeiros. O

relatório, feito pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado ao Ministério da Justiça, que viajou ao local no mês passado, também afirma que a Funai (Fundação Nacional do Índio) "não tem condições nem meios para exercer as atribuições que lhe são cometidas", que é defender a reserva indígena.

Para o secretário-executivo do Conselho, Roberto Ramos, apesar da Funai não ter recursos financeiros nem pessoal necessário insiste em manter sob sua responsabilidade o atendimento em educação, saúde e atividade produtivas dos índios Yanomami. "Em vez de estar expulsando os religiosos da missão Catrimani (na reserva indígena), deveria estar, através de convênios, estimulando a atuação de outros órgãos federais, estaduais e municipais, bem como das próprias missões religiosas", critica o relatório.

O Conselho também descobriu que a Funai destinou recursos à Polícia Militar de Roraima para fiscalizar as reservas indígenas, que não é de sua competência mas da Polícia Federal. Além disso, "pode-se encontrar PMs garimpando ou aceitando pagamentos para não exercerem fiscalização". O relatório exige a retirada imediata dos PMs das áreas indígenas.

No posto indígena Paa-Piuu, Roberto Ramos descobriu que o índio chamado João Davi cobra NCz\$ 30 por pouso de cada aeronave monomotor e NCz\$ 50 por aeronave maior". Com esse dinheiro adquire bens para sua comunidade", diz o relatório. No entanto, ressalva que "não deve se acreditar nessa sua capacidade gerencial e no seu poder de cobrança, pois assistiu-se à sua ida a uma das tendas, onde retirou gratuitamente uma mercadoria". Roberto deduz que, se existe cobrança, não é ele quem a faz. Durante a permanência de três horas no posto, que se encontrava abandonado (registros indicam que isto não é recente), pousaram e decolaram nove aeronaves, o que significa NCz\$ 90 por hora.

O relatório também criticou a insuficiência de pessoal da PM do Estado, 750 homens. "Considerando-se o atual estágio de ilegalidade do garimpo e sua dispersão espacial, a Polícia Federal, com seu pessoal de Roraima, também não tem condições de cumprir com suas atribuições", analisa Roberto classifica a situação de "faroeste aéreo". (AJB)

## Exército agirá no Pico da Neblina

Brasília — O Governo Federal decidiu ontem que utilizará o Exército para desalojar 300 garimpeiros que ocuparam o Parque Nacional do Pico da Neblina, fronteira do Brasil com a Venezuela. A ação foi determinada pelo ministro do Interior, João Alves Filho, para reintegrar a posse do parque ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, de acordo com Sentença Judicial.

O ministro, no entanto, não divulgou o dia em que a operação terá início. Sabe-se, porém, que o presidente do Instituto, Fernando Cezar Mesquita, ex-governador da Ilha de Fernando de Noronha é ex-presidente das ZPE — Zonas de Processamentos para Exportação, concordou com a

adoção de uma "ação energética, em conjunto das Forças Armadas com a Polícia Federal, para desalojar os garimpeiros" que há três meses buscam ouro no local. De acordo com Mesquita, estão sendo utilizados aviões e helicópteros no garimpo, alguns com prefixo estrangeiro, causando sérios prejuízos à reserva natural.

Esta não será a primeira vez que o Governo autoriza uma ação militar para desalojar garimpeiros. Na última intervenção deste tipo, em 1987, vários garimpeiros morreram no episódio que ficou conhecido como o "Massacre da Ponte", no Rio Tocantins, próximo à Marabá, no Pará. (AJB)

## Bird deve liberar recursos para o setor energético

Brasília — No máximo até o final de março o Banco Mundial (Bird) já terá aprovado o projeto e liberado os US\$ 500 milhões para o setor energético brasileiro segundo estimativas do secretário geral do Ministério do Planejamento, Ricardo Santiago. Ele admitiu que a liberação destes recursos é vital para o cumprimento do balanço de pagamentos do Brasil em 89, além de imprescindível para a manutenção dos níveis de investimentos programados para o setor elétrico, de forma a evitar um colapso na oferta de energia dentro de dois ou três anos.

A aprovação pelo Bird implicará na liberação quase que automática de cerca de US\$ 450 milhões de financiamento do governo japonês, também para o setor elétrico. Santiago, que esteve nos últimos dez anos no Japão em contato com o governo daquele país, disse que "eles têm plena consciência da importância destes recursos para o Brasil". Também atrelado à aprovação dos US\$ 500 milhões do Bird está a segunda parcela de dinheiro novo dos bancos privados, no valor de US\$ 600 milhões, totalizando assim um montante de US\$ 1,5 bilhão que entrariam no país a partir da decisão do Bird.

Santiago afirmou ainda não existir mais qualquer pendência por parte

do Bird em relação às implicações para o meio ambiente decorrentes da aplicação dos recursos na política energética.

Quanto às afirmações de autoridades do próprio Banco Mundial sobre a possibilidade do contrato de empréstimo vincular as aplicações dos US\$ 500 milhões exclusivamente na energia hidrelétrica, sem utilizá-los na energia nuclear, Santiago disse que este problema não existe, "nunca foi conversado". Conforme explicou, os recursos entrarão como aumento de capital da Eletrobrás, que então os alocará segundo os programas de investimentos já delineados, tanto na energia hidrelétrica como na termoeletrica (carvão ou nuclear). "Dinheiro não tem carimbo", resumiu, lembrando que mesmo antes da incorporação do setor nuclear pela Eletrobrás, em agosto passado, o setor elétrico já investia em Angra II e Angra III.

A manutenção das metas de rentabilidade do setor elétrico em 10 por cento no ano de 89, um dos condicionantes impostos pelo Bird para a aprovação do empréstimo, implicará na concessão de aumentos reais às tarifas de energia elétrica, reconheceu Santiago, que preferiu não prever datas para os reajustes. (AJB)